



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA

Ofício n.º 690 /XIV/1.ª – CACDLG /2020

Data: 07-10- 2020

NU: 663837

ASSUNTO: Texto Final e relatório da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 49/XIV/4.ª (GOV).

Para o efeito da sua votação final global na próxima sessão plenária de 9 de outubro, junto se envia o texto final, o relatório da discussão e votação na especialidade e propostas de alteração da [Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª \(GOV\)](#) - **Promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo**”, aprovado, na reunião de 7 de outubro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

RELATÓRIO
DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE
DA
PROPOSTA DE LEI N.º 49/XIV/1.ª (GOV)

PROMOVE A SIMPLIFICAÇÃO DE DIVERSOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, INCLUINDO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E INTRODUZ ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

1. A Proposta de Lei em epígrafe, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na especialidade, em 10 de julho de 2020, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.
2. A 13 de julho 2020, foram solicitados pareceres às seguintes entidades: Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Ordem dos Advogados, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Freguesias.
3. Em 29 de setembro de 2020, o Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração da iniciativa em apreciação. Também o Grupo Parlamentar do PAN apresentou propostas de alteração na mesma data.
4. Na reunião de 7 de outubro de 2020, na qual se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do DURP do CH e das Deputadas não inscritas Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues, procedeu-se à discussão na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas. Intervieram na discussão que antecedeu a votação os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Cancela de Moura (PSD), que debateram algumas das soluções preconizadas nas propostas do PS e aludiram aos pareceres recebidos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

5. Da votação resultou o seguinte:

- **Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS:**
 - **Artigo 5.º, n.º 4, in fine do CPA – aprovada** com votos a favor do PS, contra do PSD e do PAN e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
 - **Artigo 5.º, n.º 4, inciso inicial do CPA – aprovada** com votos a favor do PS, e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
 - **Artigo 87.º do CPA (proposta de eliminação da alteração do artigo promovida pela PPL 49) – aprovada** com votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
 - **Artigo 113.º, n.º 6 do CPA – aprovada** com votos a favor do PS, contra do PSD e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
 - **Artigo 115.º do CPA (proposta de eliminação da alteração do artigo promovida pela PPL 49) – aprovada** com votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;
 - **Restantes propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovadas** com votos a favor do PS e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

Proposta de aditamento de um artigo 9.º-A (preambular) apresentada pelo Grupo Parlamentar do PAN – rejeitada com votos contra do PS, a favor do PAN e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

Articulado remanescente (não objeto de propostas de alteração) da Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª (GOV) - aprovado com votos a favor do PS e a abstenção do PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

Foram efetuados os necessários aperfeiçoamentos de legística.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Seguem em anexo o texto final da Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª (PS) e as propostas de alteração apresentadas.

Palácio de S. Bento, 7 de outubro de 2020

O Presidente da Comissão,

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

TEXTO FINAL DA PROPOSTA DE LEI N.º 49/XIV/1.ª

PROMOVE A SIMPLIFICAÇÃO DE DIVERSOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, INCLUINDO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E INTRODUZ ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

- 1 - A presente lei procede à primeira alteração do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.
- 2 - A presente lei estabelece ainda um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos comuns previstos na lei geral e de procedimentos administrativos especiais previstos em legislação setorial.

CAPÍTULO II

Simplificação de procedimentos

Artigo 2.º

Âmbito do regime transitório

- 1 - Sem prejuízo das disposições que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Código do Procedimento Administrativo, apenas se aplicam ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública, o regime transitório definido no presente Capítulo aplica-se à atividade de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, adotada no exercício de poderes públicos ou regulada de modo específico por



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

disposições de direito administrativo.

- 2 - As disposições do presente capítulo aplicam-se aos procedimentos administrativos especiais.
- 3 - As disposições do presente capítulo não se aplicam:
 - a) Aos procedimentos de emissão de regulamentos administrativos;
 - b) Aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, e aos procedimentos de avaliação ambiental estratégica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Artigo 3.º

Conferência procedimental deliberativa

- 1 - Nos procedimentos em que haja lugar à emissão de pareceres ou outro tipo de pronúncias por parte de diversas entidades ou noutros em que o grau de complexidade o justifique, é promovida obrigatoriamente a realização de uma conferência procedimental deliberativa pelo órgão que dirige o procedimento.
- 2 - Na conferência prevista no número anterior participam todas as entidades envolvidas no procedimento, com vista à emissão concomitante dos pareceres ou pronúncias necessários, bem como à emissão da decisão final do procedimento.

Artigo 4.º

Realização da conferência

- 1 - A conferência referida no artigo anterior é presidida e convocada pelo órgão competente para a emissão do último ato administrativo necessário para satisfazer a pretensão formulada, no prazo de 15 dias a contar do início do procedimento, com antecedência mínima de sete dias em relação à data da reunião, juntamente com o envio de toda a documentação necessária à apreciação pelas entidades participantes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- 2 - Caso o requerimento inicial do interessado seja remetido a outro órgão participante, este deve remetê-lo ao órgão com competência para a emissão do último ato administrativo necessário para satisfazer a pretensão do particular, no prazo de dois dias úteis.
- 3 - O direito de audiência prévia dos interessados é exercido nos termos do artigo 80.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 4 - É dispensada a participação das entidades que já tenham emitido os respetivos pareceres ou pronúncias, desde que se mantenham válidos e eficazes, relativamente a procedimentos administrativos sobre os quais não se verifiquem alterações de facto ou direito que justifiquem uma nova apreciação da sua parte.

Artigo 5.º

Quórum

- 1 - Nas reuniões das conferências procedimentais realizadas nos termos dos artigos 3.º e 4.º, só pode deliberar-se quando se encontre presente a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto.
- 2 - São membros com direito de voto aqueles que são competentes para a prática de atos no procedimento ou para a emissão de pareceres vinculativos.
- 3 - Os membros presentes nas reuniões devem dispor de adequados poderes de representação para vincular o órgão que representam.
- 4 - A não observância do disposto no número anterior é equiparada a ausência, não prejudicando, contudo, a verificação do quórum de funcionamento.
- 5 - A ausência de uma entidade conferente regularmente convocada não obsta ao funcionamento da conferência, considerando-se que a mesma nada tem a opor ao deferimento do pedido, salvo se invocar justo impedimento no prazo de dois dias.

Artigo 6.º



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Maioria exigível nas deliberações

- 1 - As deliberações nas conferências previstas nos artigos anteriores são tomadas por maioria absoluta de votos dos órgãos presentes.
- 2 - Nos casos em que a lei exija um parecer obrigatório vinculativo ou atribua a determinada pronúncia administrativa um efeito preclusivo do deferimento das pretensões apreciadas na conferência, a intervenção desfavorável da entidade competente para a sua emissão determina o indeferimento das pretensões apreciadas na conferência, salvo se as entidades conferentes acordarem nas alterações necessárias ao respetivo deferimento, convocando-se nova conferência no prazo de cinco dias a contar da concretização dessas alterações pelo interessado.

Artigo 7.º

Conferências procedimentais realizadas entre a administração direta e indireta e autarquias locais

- 1 - Nos procedimentos que envolvam conjuntamente entidades da Administração direta e indireta e das autarquias locais ou entidades intermunicipais, as conferências procedimentais realizam-se periodicamente, no âmbito das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, competindo a convocação das mesmas ao presidente da respetiva Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.
- 2 - O disposto nos artigos anteriores aplica-se com as necessárias adaptações às conferências procedimentais previstas no presente artigo.

CAPÍTULO III

Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

Artigo 8.º

Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

Os artigos 23.º, 24.º, 29.º, 64.º, 92.º, 112.º a 114.º, 128.º e 198.º do Código do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 23.º

[...]

- 1 - Na falta de determinação legal, estatutária ou regimental, ou de deliberação do órgão, cabe ao presidente a fixação do local, dos dias e horas das reuniões ordinárias e, quando aplicável, a indicação dos meios telemáticos disponibilizados para participação dos membros.
- 2 - [...].

Artigo 24.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião, o local, o dia e hora da reunião e, quando aplicável, a indicação dos meios telemáticos disponibilizados para participação dos membros.
- 5 - [...].
- 6 - [...].

Artigo 29.º

[...]

- 1 - Os órgãos colegiais só podem, em regra, deliberar quando a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto esteja fisicamente presente ou a participar através de meios telemáticos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

Artigo 64.º

[...]

1 - [...].

2 - O processo administrativo é preferencialmente desmaterializado, através de ferramentas que permitam a inclusão dos documentos que nele são incorporados e impeça a sua violação e extravio.

3 - As ferramentas eletrónicas devem assegurar a autenticação dos intervenientes no procedimento e nos casos em que tal não seja possível deve o órgão responsável pela direção do procedimento assinar digitalmente o processo, de forma a garantir a integridade e a inviolabilidade do mesmo.

4 - Nos casos em que excecionalmente o processo administrativo seja suportado em papel, é autuado e paginado de modo a facilitar a inclusão dos documentos que nele são sucessivamente incorporados e a impedir o seu extravio, devendo o órgão responsável pela direção do procedimento rubricar todas as suas folhas e podendo os interessados e seus mandatários rubricar quaisquer folhas do mesmo.

Artigo 92.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - Na falta de disposição especial, os pareceres são emitidos no prazo de 20



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

dias, exceto quando o responsável pela direção do procedimento fixar, fundamentadamente, prazo diferente.

- 4 - O prazo diferente previsto no número anterior não deve ser inferior a 10 dias nem superior a 30 dias.
- 5 - [...].
- 6 - [...].

Artigo 112.º

[...]

- 1 - [...]:
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...];
 - e) Por anúncio, quando os notificandos forem em número superior a 25.
- 2 - [...]:
 - a) [...];
 - b) Mediante o consentimento prévio do notificando, prestado no decurso do procedimento, nos restantes casos.
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - [...].



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Artigo 113.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - Em caso de ausência de acesso à caixa postal eletrónica ou à conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente, a notificação considera-se efetuada no quinto dia útil posterior ao seu envio ou no primeiro dia útil seguinte a esse quando esse dia não seja útil, salvo quando se comprove que o notificando comunicou a alteração daquela, se demonstre ter sido impossível essa comunicação ou que o serviço de comunicações eletrónicas tenha impedido a correta receção, designadamente através de um sistema de filtragem não imputável ao interessado.
- 7 - [...].
- 8 - [...].
- 9 - [...].

Artigo 114.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - Quando não exista prazo fixado na lei, os atos administrativos devem ser notificados no prazo de cinco dias.

Artigo 128.º

[...]

- 1 - Os procedimentos de iniciativa particular devem ser decididos no prazo de 60 dias, salvo se outro prazo decorrer da lei, podendo o prazo, em circunstâncias excepcionais devidamente fundamentadas, ser prorrogado pelo responsável pela direção do procedimento, por um ou mais períodos, até ao limite máximo de 90 dias, mediante autorização do órgão competente para a decisão final, quando as duas funções não coincidam no mesmo órgão.
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - Os procedimentos de iniciativa oficiosa, passíveis de conduzir à emissão de uma decisão com efeitos desfavoráveis para os interessados caducam, na ausência de decisão, no prazo de 120 dias.

Artigo 198.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - O prazo referido no número anterior é elevado até ao máximo de 60 dias,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

quando haja lugar à realização de nova instrução ou de diligências complementares.

- 3 - [...].
- 4 - [...].»

Artigo 9.º

Aditamento ao Código do Procedimento Administrativo

É aditado ao Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o artigo 24.º-A, com a seguinte redação:

“Artigo 24.º-A

Realização por meios telemáticos

- 1 - Sempre que as condições técnicas o permitam, as reuniões podem ser realizadas por meios telemáticos.
- 2 - A utilização de meios telemáticos nas reuniões deve constar de forma expressa na respetiva ata.”

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 10.º

Produção de efeitos

- 1 - O regime transitório de simplificação de procedimentos previsto no Capítulo II da presente lei produz efeitos até 30 de junho de 2021, aplicando-se aos procedimentos em curso.
- 2 - O disposto nos artigos 92.º, 114.º, 128.º e 198.º do Código do Procedimento Administrativo, na redação que lhes é dada pela presente lei, aplica-se aos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

procedimentos administrativos que se iniciem após 1 de dezembro de 2020.

- 3 - O disposto nos artigos 23.º, 24.º, 24.º-A, 29.º, 112.º e 113.º do Código do Procedimento Administrativo na redação que lhes é dada pela presente lei aplica-se aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

Artigo 11.º

Monitorização

- 1 - A aplicação do regime previsto no capítulo II é objeto de monitorização pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), com exceção do disposto no artigo 7.º, que é objeto de monitorização pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os órgãos e serviços da Administração devem prestar informação mensal às entidades aí referidas, consoante o caso, quanto ao número de conferências procedimentais realizadas e de procedimentos administrativos concluídos.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Palácio de São Bento, em 7 de outubro de 2020

O Presidente da Comissão,

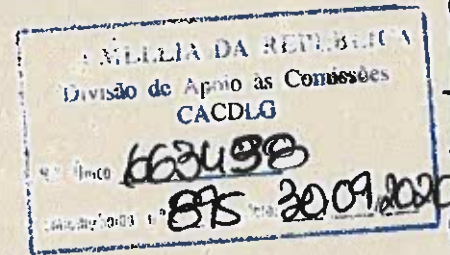
(Luís Marquês Guedes)

PS - SUBSTITUI A ANTERIOR

Propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª

Artigo 1.º

Objeto



- 1- A presente lei procede à 1.ª Alteração do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.
- 2- A presente lei estabelece ainda um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos comuns previstos na lei geral e de procedimentos administrativos especiais previstos em legislação setorial.

CAPÍTULO II

Regime transitório de simplificação de procedimentos

Artigo 2.º

Âmbito do regime transitório

- 1- Sem prejuízo das disposições que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Código do Procedimento Administrativo, apenas se aplicam ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública, o regime transitório definido no presente Capítulo aplica-se à atividade de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, adotada no exercício de poderes públicos ou regulada de modo específico por disposições de direito administrativo.
- 2- [...]
- 3- As disposições do presente capítulo não se aplicam:
 - a) [...]
 - b) Aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, e aos procedimentos de

DISPUBUICA EH 30/09/2020

avaliação ambiental estratégica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Artigo 4.º

Realização da conferência

- 1 - **A conferência referida no artigo anterior é presidida e convocada pelo órgão competente para a emissão do último ato administrativo necessário para a satisfazer a pretensão formulada, no prazo de 15 dias a contar do início do procedimento, com antecedência mínima de sete dias em relação à data da reunião, juntamente com o envio de toda a documentação necessária à apreciação pelas entidades participantes.**
- 2 - **Caso o requerimento inicial do interessado seja remetido a outro órgão participante, este deve remetê-lo ao órgão com competência para a emissão do último ato administrativo necessário para a pretensão do particular, no prazo de dois dias úteis.**
- 3 - [...]
- 4 - [...]
- 5 - [...]

Artigo 5.º

Quórum

- 1 - [...]
- 2 - **São membros com direito de voto aqueles que são competentes para a prática de atos no procedimento ou para a emissão de parecer vinculativos.**
- 3 - **Os membros presentes nas reuniões devem dispor de adequados poderes de representação para vincular o órgão que representam.**
- 4 - **A não observância do disposto no número anterior é equiparada a ausência, não prejudicando, contudo, a verificação do quórum de funcionamento.**

- 5 - A ausência de uma entidade conferente regularmente convocada não obsta ao funcionamento da conferência, considerando-se que a mesma nada tem a opor ao deferimento do pedido, salvo se invocarem justo impedimento no prazo de dois dias.

CAPÍTULO III

Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

Artigo 8.º

Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

Os artigos 23.º, 24.º, 29.º, 64.º, 92.º, 112.º a 114.º, 128.º e 198.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 23.º

[...]

Artigo 24.º

[...]

Artigo 29.º

[...]

- 1 - Os órgãos colegiais só podem, em regra, deliberar quando a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto esteja fisicamente presente ou a participar através de meios telemáticos.
- 2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

Artigo 64.º

[...]

1 [...]

2 - O processo administrativo é preferencialmente desmaterializado, através de ferramentas que permitam a inclusão dos documentos que nele são incorporados e impeça a sua violação e extravio.

3 - As ferramentas eletrónicas devem assegurar a autenticação dos intervenientes no procedimento e nos casos em que tal não seja possível deve o órgão responsável pela direção do procedimento assinar digitalmente o processo, de forma a garantir a integridade e a inviolabilidade do mesmo.

4 - Nos casos em que excecionalmente o processo administrativo seja suportado em papel, é autuado e paginado de modo a facilitar a inclusão dos documentos que nele são sucessivamente incorporados e a impedir o seu extravio, devendo o órgão responsável pela direção do procedimento rubricar todas as suas folhas e podendo os interessados e seus mandatários rubricar quaisquer folhas do mesmo.

Artigo 87.º

[...]

Eliminar

Artigo 92.º

[...]

Artigo 112.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) Por anúncio, quando os notificandos forem em número superior a 25.

2- [...]:

a) [...];

b) **Mediante o consentimento prévio do notificando, prestado no decurso do procedimento, nos restantes casos.**

3- [...].

4- [...].

5- [...].

Artigo 113.º

[...]

1- [...].

2- [...].

3- [...].

4- [...].

5- [...].

6 - Em caso de ausência de acesso à caixa postal eletrónica ou à conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente, a notificação considera-se efetuada no quinto dia útil posterior ao seu envio ou no primeiro dia útil seguinte a esse quando esse dia não seja útil, salvo quando se comprove que o notificando comunicou a alteração

daquela, se demonstre ter sido impossível essa comunicação ou que o serviço de comunicações eletrónicas tenha impedido a correta receção, designadamente através de um sistema de filtragem não imputável ao interessado.

7 - [...].

8 - [...].

9 - [...].

Artigo 115.º

{...}

Eliminar

Artigo 128.º

[...]

1 - Os procedimentos de iniciativa particular devem ser decididos no prazo de 60 dias, salvo se outro prazo decorrer da lei, podendo o prazo, em circunstâncias excecionais **devidamente fundamentadas**, ser prorrogado pelo responsável pela direção do procedimento, por um ou mais períodos, até ao limite máximo de 90 dias, mediante autorização do órgão competente para a decisão final, quando as duas funções não coincidam no mesmo órgão.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - Os procedimentos de iniciativa oficiosa, passíveis de conduzir à emissão de uma decisão com efeitos desfavoráveis para os

interessados caducam, na ausência de decisão, no prazo de 120 dias.

Artigo 198.º

[...]"

Artigo 9.º

Aditamento ao Código do Procedimento Administrativo

É aditado o artigo 24.º-A ao Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, com a seguinte redação:

"Artigo 24.º-A

Realização por meios telemáticos

- 1 - Sempre que as condições técnicas o permitam, as reuniões podem ser realizadas por meios telemáticos.
- 2 - A utilização de meios telemáticos nas reuniões deve constar de forma expressa na respetiva ata."

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 10.º

Produção de efeitos

- 1 - O regime transitório de simplificação de procedimentos previsto no Capítulo II da presente lei produz efeitos até 30 de junho de 2021, aplicando-se aos procedimentos em curso.

- 2 - O disposto nos artigos 92.º, 114.º, 128.º e 198.º do Código do Procedimento Administrativo na redação que lhes é dada pela presente lei aplica-se aos procedimentos administrativos que se iniciem após 1 de dezembro de 2020.
- 3 - O disposto nos artigos 23.º, 24.º, 24.º-A, 29.º, 112.º e 113.º do Código do Procedimento Administrativo na redação que lhes é dada pela presente lei aplica-se aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

Artigo 11.º

Monitorização

- 1 - A aplicação do regime previsto no capítulo II é objeto de monitorização pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), com exceção do disposto no artigo 7.º, que é objeto de monitorização pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os órgãos e serviços da Administração devem prestar informação mensal às entidades aí referidas, consoante o caso, quanto ao número de conferências procedimentais realizadas e de procedimentos administrativos concluídos.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

(Atual artigo 10.º)

PS — SUBSTITUÍDA

Propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.ª

Artigo 1.º

Objeto

- 1- A presente lei procede à 1.ª Alteração do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.
- 2- A presente lei estabelece ainda um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos comuns previstos na lei geral e de procedimentos administrativos especiais previstos em legislação setorial.

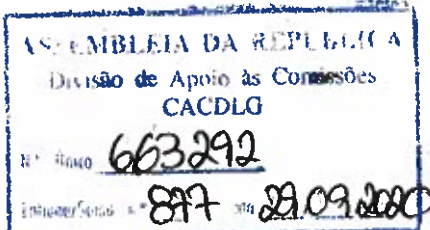
CAPÍTULO II

Regime transitório de simplificação de procedimentos

Artigo 2.º

Âmbito do regime transitório

- 1- Sem prejuízo das disposições que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Código do Procedimento Administrativo, apenas se aplicam ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública, o regime transitório definido no presente Capítulo aplica-se à atividade de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, adotada no exercício de poderes públicos ou regulada de modo específico por disposições de direito administrativo.
- 2- [...]
- 3- As disposições do presente capítulo não se aplicam:
 - a) [...]
 - b) Aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, e aos procedimentos de



avaliação ambiental estratégica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Artigo 4.º

Realização da conferência

- 1 - A conferência referida no artigo anterior é presidida e convocada pelo órgão competente para a emissão do último ato administrativo necessário para a satisfazer a pretensão formulada, no prazo de 15 dias a contar do início do procedimento, com antecedência mínima de sete dias em relação à data da reunião, juntamente com o envio de toda a documentação necessária à apreciação pelas entidades participantes.
- 2 - Caso o requerimento inicial do interessado seja remetido a outro órgão participante, este deve remetê-lo ao órgão com competência para a emissão do último ato administrativo necessário para a pretensão do particular, no prazo de dois dias úteis.
- 3 - [...]
- 4 - [...]
- 5 - [...]

Artigo 5.º

Quórum

- 1 - [...]
- 2 - São membros com direito de voto aqueles que são competentes para a prática de atos no procedimento ou para a emissão de parecer vinculativos.
- 3 - Os membros presentes nas reuniões devem dispor de adequados poderes de representação para vincular o órgão que representam.
- 4 - A não observância do disposto no número anterior é equiparada a ausência, não prejudicando, contudo, a verificação do quórum de funcionamento.

- 5 - A ausência de uma entidade conferente regularmente convocada não obsta ao funcionamento da conferência, considerando-se que a mesma nada tem a opor ao deferimento do pedido, salvo se invocarem justo impedimento no prazo de dois dias.

CAPÍTULO III

Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

Artigo 8.º

Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

Os artigos 23.º, 24.º, 29.º, 87.º, 92.º, 112.º a 115.º, 128.º e 198.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 23.º

[...]

Artigo 24.º

[...]

Artigo 29.º

[...]

- 1 - Os órgãos colegiais só podem, em regra, deliberar quando a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto esteja fisicamente presente ou a participar através de meios telemáticos.
- 2 - [...].
- 3 - [...].

4 - [...].

Artigo 87.º

[...]

Artigo 92.º

[...]

Artigo 112.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) Por anúncio, quando os notificandos forem em número superior a 25.

2 - [...]:

a) [...];

b) Mediante o consentimento prévio do **notificante**, prestado aquando do **início do procedimento**, nos restantes casos.

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

Artigo 113.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - Em caso de ausência de acesso à caixa postal eletrónica ou à conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente, a notificação considera-se efetuada no **quinto** dia útil posterior ao seu envio ou no primeiro dia útil seguinte a esse quando esse dia não seja útil, salvo quando se comprove que o notificando comunicou a alteração daquela, se demonstre ter sido impossível essa comunicação ou que o serviço de comunicações eletrónicas tenha impedido a correta receção, designadamente através de um sistema de filtragem não imputável ao interessado.
- 7 - [...].
- 8 - [...].
- 9 - [...].

Artigo 115.º

[...]

Artigo 128.º

[...]

- 1 - Os procedimentos de iniciativa particular devem ser decididos no prazo de 60 dias, salvo se outro prazo decorrer da lei, podendo o prazo, em circunstâncias excecionais **devidamente fundamentadas**, ser prorrogado pelo responsável pela direção do procedimento, por

um ou mais períodos, até ao limite máximo de 90 dias, mediante autorização do órgão competente para a decisão final, quando as duas funções não coincidam no mesmo órgão.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - Os procedimentos de iniciativa oficiosa, passíveis de conduzir à emissão de uma decisão com efeitos desfavoráveis para os interessados caducam, na ausência de decisão, no prazo de **120 dias**.

Artigo 198.º

[...]”

Artigo 9.º

Aditamento ao Código do Procedimento Administrativo

É aditado o artigo 24.º-A ao Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, com a seguinte redação:

“Artigo 24.º-A

Realização por meios telemáticos

- 1 - Sempre que as condições técnicas o permitam, as reuniões podem ser realizadas por meios telemáticos.
- 2 - A utilização de meios telemáticos nas reuniões deve constar de forma expressa na respetiva ata.”

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 10.º

Produção de efeitos

- 1 - O regime transitório de simplificação de procedimentos previsto no Capítulo II da presente lei produz efeitos até 30 de junho de 2021, aplicando-se aos procedimentos em curso.
- 2 - O disposto nos artigos 87.º, 92.º, 114.º, 115.º, 128.º e 198.º do Código do Procedimento Administrativo na redação que lhes é dada pela presente lei aplica-se aos procedimentos administrativos que se iniciem após 1 de dezembro de 2020.
- 3 - O disposto nos artigos 23.º, 24.º, 24.º-A, 29.º, 112.º e 113.º do Código do Procedimento Administrativo na redação que lhes é dada pela presente lei aplica-se aos procedimentos administrativos em curso à data da sua entrada em vigor.

Artigo 11.º

Monitorização

- 1 - A aplicação do regime previsto no capítulo II é objeto de monitorização pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), com exceção do disposto no artigo 7.º, que é objeto de monitorização pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os órgãos e serviços da Administração devem prestar informação mensal às entidades aí referidas, consoante o caso, quanto ao número de conferências procedimentais realizadas e de procedimentos administrativos concluídos.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

(Atual artigo 10.º)

DA. 29.09.2020

Proposta de Lei 49/XIV (GOV) - Promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo

Proposta de aditamento

Nos termos do disposto no número 4 do artigo 64.º do Código do Procedimento administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, o processo administrativo em suporte electrónico deverá ser objecto de regulação em diploma próprio, algo que passados mais de 5 anos desde a publicação do referido Decreto-Lei não ocorreu. Conforme notaram recentemente alguns autores¹ a propósito da crise sanitária, a ausência deste diploma próprio “não pode naturalmente deixar de impactar negativamente na solução do teletrabalho, o mesmo valendo ao nível da realização, com total adequação procedimental, de reuniões de órgãos colegiais”, bem como dificulta a desmaterialização dos processos administrativos de forma adequada.

Com a presente proposta de aditamento, o PAN propõe que o Governo proceda a esta regulação, com um cronograma temporal adequado e com garantia de envolvimento da Assembleia da República.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PAN apresenta a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei 49/XIV (GOV):

«Artigo 9.º-A

Regulação do processo administrativo em suporte electrónico

No prazo máximo de 180 dias após a publicação da presente lei, o Governo apresentará à Assembleia da República uma proposta de lei que enquadre e defina as regras aplicáveis ao processo administrativo em suporte electrónico, nos termos do

¹ José Duarte Coimbra, Marco Caldeira e Tiago Serrão, *Direito Administrativo na Emergência - Organização Administrativa, Procedimento Administrativo, Contratação Pública e Processo Administrativo na resposta à COVID-19*, Almedina, 2020, página 44.



disposto no número 4 do artigo 64.º do Código do Procedimento administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.»

Palácio de São Bento, 29 de Setembro de 2020.

O Grupo Parlamentar do PAN